

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.096 - RS (2019/0292058-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
AGRAVANTE : VANDERLAN LONGARAY (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. NOVA CONDENAÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. RECONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS REPRIMENDAS. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VANDERLAN LONGARAY contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal no Agravo em Execução n.º 70080983646 (n.º CNJ: 0070273-33.2019.8.21.7000).

Consta nos autos que o ora Agravante cumpria pena em regime fechado quando sobreveio nova condenação substituída por sanção restritiva de direitos. O Juízo da Execução deferiu pleito do *Parquet* estadual para que essa última reprimenda fosse convertida em privativas de liberdade (fls. 53-55).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual a Corte de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 74):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. REGIME FECHADO. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. IMPOSSIBILIDADE.

Havendo incompatibilidade de cumprimento simultâneo da superveniente condenação à restritiva de direito com a privativa de liberdade em execução, deverá aquela ser convertida.

Inteligência das normas contidas nos artigos 44, §5º do Código Penal e 181, §1º, 'e', da Lei de Execução Penal.

Apenado que cumpria corporal em regime fechado quando sobreveio nova condenação á privativa de liberdade substituída por

Superior Tribunal de Justiça

prestação de serviços à comunidade, impondo-se a conversão diante da impossibilidade de adimplemento concomitante.

Ausência de previsão legal que determine a suspensão da sanção alternativa até que desapareça a circunstância geradora da incompatibilidade.

AGRAVO EM EXECUÇÃO DESPROVIDO."

Nas razões do recurso especial, a Defesa alega ofensa ao art. 181, § 1.º, da Lei n.º 7.210/1984; bem como aos arts. 44, §§ 4.º e 5.º, 69, § 2.º, e 76 do Código Penal.

Assevera que o Agravante "[...] faz jus à concretização da pena restritiva de direitos aplicada de forma superveniente à privativa de liberdade já em curso [...]" (fl. 99).

Contrarrazões às fls. 125-130. Inadmitido o apelo nobre na origem (fls. 132-139), foi interposto o presente agravo (fls. 144-155).

O Ministério Público Federal apresentou parecer (fl. 176), opinando pelo conhecimento e desprovimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 76-79; sem grifos no original):

"Inicialmente destaco que a unificação de penas aplicadas a um mesmo reeducando constitui medida que decorre do simples cumprimento de determinação constante do caput e do parágrafo único do artigo 111 da Lei de Execução Penal, in verbis:

[...]

Já no que tange à conversão ora debatida, esta advém da interpretação conjunta das normas contidas no §5º do artigo 44 do Código Penal e na alínea 'e' do §1º do 181 da Lei de Execução Penal, cujos teores reproduzo:

[...]

Ainda o §2º do artigo 75 do Código Penal preconiza que, 'Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido'.

Logo, a circunstância decisiva para que haja conversão é a constatação da incompatibilidade de cumprimento simultâneo das penas privativa de liberdade e restritiva de direitos, o que invariavelmente ocorre entre condenações à prestação de serviços à

comunidade e à reprimenda corporal em regime fechado, como em concreto, desimportando seja a condenação à reclusiva anterior ou posterior à alternativa.

Diante disso, a restritiva de direitos foi convertida em privativa de liberdade - decisão que prescinde de reforma, pois estando o sentenciado inserido no regime prisional fechado, inexistente possibilidade de compatibilizar a substitutiva com a corporal.

[...]

Da mesma forma, ao contrário do sustentado nas razões recursais, inexistente previsão legal para a suspensão da pena restritiva até a extinção da sanção corporal.

Por fim, quanto ao artigo 76 do Código Penal, este não socorre o segregado, pois, ao cogitar o cumprimento inicial da pena mais grave, apenas visou distinguir as modalidades dos respectivos regimes - reclusão, detenção e prisão simples - o que não é a hipótese em exame.

Portanto, desmerece reparos a decisão alvo de recurso.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em execução."

A conclusão exarada pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o qual é firme no sentido de que o cumprimento da pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade é incompatível com condenações supervenientes a penas reclusivas estabelecidas nos regimes semiaberto ou fechado. Nesses casos, é necessária a reconversão das penas substitutivas e a posterior unificação das sanções privativas de liberdade.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. PACIENTE QUE CUMPRIA PENA EM REGIME SEMIABERTO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SANÇÃO RESTRITIVA DE DIREITOS CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Considerando o caráter manifestamente infringente da oposição, e em face do princípio da fungibilidade recursal, recebem-se os embargos de declaração como agravo regimental.

2. Sobrevindo pena restritiva de direitos a condenado que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade, não se verifica a ocorrência das hipóteses legais de conversão previstas no art. 44, §§ 4º e 5º, do Código Penal. Contudo, o cumprimento simultâneo de pena privativa com pena restritiva deve mostrar-se compatível, o que não se

confirma quando o apenado encontra-se cumprindo pena em regime semiaberto ou fechado. Destarte, faz-se mister a unificação das penas, nos termos do art. 111 da LEP, não havendo se falar, portanto, em aplicação do art. 76 do CP (Precedentes.)

3 Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 467.267/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019; sem grifos no original.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO OU SEMIABERTO. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. INCOMPATIBILIDADE. CONVERSÃO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. UNIFICAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, sobrevindo condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das penas, o que ocorre nos casos de condenações em regime fechado ou semiaberto, deve-se proceder à conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade, unificando-se as penas.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.724.650/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018; sem grifos no original.)

Portanto, aplica-se, quanto ao tema do recurso, o disposto na Súmula n.º 568/STJ: *"O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."*

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora